

F R E D E R I C O A M A D O

CURSO DE **DIREITO**
E PROCESSO
PREVIDENCIÁRIO

T O M O I

18^a
EDIÇÃO

REVISTA
ATUALIZADA
AMPLIADA

2024

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Para acessar os vídeos:

Para quem usa **Android**, importante instalar um aplicativo com leitor de QR Codes, que pode ser o "QR Code Reader". Você o encontrará no seguinte link:

▶ <http://editoraj.us/baixar-qr-android>

Para quem usa **IOS** (iPhone, iPad), basta instalar um aplicativo com leitor de QR Codes, que pode ser o "QR Code Reader and Scanner". Você o encontrará no seguinte link:

▶ <http://editoraj.us/baixar-qr-ios>

Os vídeos estão indicados no sumário pelo símbolo:



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorreia@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

A481c Amado, Frederico
Curso de Direito e Processo Previdenciário - "Monstro Verde" / Frederico Amado – 18. ed.,
rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

1.680 p.

Tomo I

Bibliografia.

Índice.

ISBN 978-85-442-4850-8

1. Direito Previdenciário. 2. Previdência Social. 3. Contribuições Previdenciárias I.
Amado, Frederico. II. Título.

CDD 341.6

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

T O M O I


Siglas..... 19

TÍTULO I DA SEGURIDADE SOCIAL

1

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução	23
2. Definição e natureza jurídica	24
3. Competência legislativa	24
4. Princípios.....	26
4.1. Universalidade da cobertura e do atendimento	26
4.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	27
4.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.....	27
4.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios ...	28
4.5. Equidade na forma de participação no custeio.....	29
4.6. Diversidade da base de financiamento.....	30
4.7. Gestão quadripartite.....	31
4.8. Solidariedade.....	31
4.9. Precedência da Fonte de Custeio ou Contrapartida.....	32
4.10. Orçamento Diferenciado	34
4.11. Tabela dos princípios da seguridade social.....	34
5. Assistência social	35
5.1. Introdução	35
5.2. Definição.....	36
5.3. Objetivos	36
5.4. Princípios.....	36
5.5. Diretrizes.....	37
5.6. Organização e gestão	37
5.7. Benefício do amparo assistencial da pessoa idosa ou pessoa com deficiência carente (BPC/LOAS)	41
5.8. Benefício assistencial de salário mínimo do trabalhador avulso portuário	142
5.9. Seguro-Desemprego	144
5.10. Seguro-defeso do pescador artesanal	152

5.11. Auxílio extraordinário aos pescadores da Região Norte em decorrência da estiagem de 2023	172
5.12. Outros benefícios assistenciais.....	174
5.13. Auxílio-emergencial (COVID-19)	175
5.14. Auxílio-inclusão.....	178
 Vídeo.....	181

6. Saúde	181
6.1. Introdução	181
6.2. Definição e natureza jurídica	186
6.3. O Sistema Único de Saúde.....	186
6.4. Princípios.....	189
6.5. Acordos Internacionais	190
7. Previdência Social.....	194
7.1. Introdução	194
7.2. Evolução histórica mundial.....	195
7.3. Evolução histórica no Brasil.....	196
7.4. Definição e abrangência.....	213
7.5. Classificação dos sistemas previdenciários	213
7.6. Planos previdenciários brasileiros	214
7.6.1. Planos básicos.....	215
7.6.2. Planos complementares.....	217
8. O Direito Previdenciário	218
8.1. Autonomia	218
8.2. Definição.....	218
8.3. Relação com demais ramos jurídicos.....	218
8.4. Interpretação, fontes e hierarquia da legislação previdenciária.....	219
9. Pilares da Proteção Social no Brasil	224

2

CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução	225
2. A natureza jurídica da relação de custeio.....	227
3. Contribuições em espécie.....	228
3.1. Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.....	230
3.1.1. Incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física	

que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício	230
3.1.2. Incidentes sobre a receita ou o faturamento.....	230
3.1.3. Incidentes sobre o lucro	234
3.2. Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.....	234
3.3. Sobre a receita de concursos de prognósticos	235
3.4. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.....	235
4. Arrecadação.....	237
5. Imunidade	238
6. Princípio da Anterioridade Nonagesimal	245
7. Constituição do crédito securitário.....	246
8. Progressividade.....	247
9. Moratória, parcelamento, anistia e remissão	248
10. Decadência e prescrição	248
11. Simples Nacional	251

TÍTULO II DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

1

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Abrangência.....	255
2. Cobertura.....	256
3. Legislação de regência.....	257
4. Administração.....	257
5. Sistemática.....	257
6. Características.....	258
7. Entidades e órgãos previdenciários.....	258
7.1. Conselho Nacional da Previdência.....	259
7.2. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	260
7.3. Conselho de Recursos da Previdência Social	265

2




PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Introdução	269
2. Princípio da Contributividade.....	269
3. Princípio da Obrigatoriedade da Filiação	270
4. Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial	270
5. Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários.....	271
6. Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais	271
7. Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	272

8. Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente	273
9. Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	273
10. Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo	274
11. Princípio da Previdência Complementar Facultativa.....	275
12. Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social.....	275
13. Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i>	275
14. Princípio da Responsabilidade	276
15. Princípio da Vedação ao Retrocesso Social.....	277
16. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i>	277
17. Princípio da Automaticidade das Prestações....	278
18. Princípio da Indisponibilidade dos Benefícios Previdenciários	278
19. Princípio da Territorialidade da Filiação.....	279



3

SEGURADOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

1. Introdução	281
2. Segurados obrigatórios	282
2.1. Segurado empregado.....	285
 Vídeo.....	288
2.2. Segurado empregado doméstico.....	306
2.3. Segurado trabalhador avulso.....	307
2.4. Segurado especial.....	310
 Vídeo.....	346
2.5. Segurado contribuinte individual.....	388
3. Segurados facultativos.....	402
4. Filiação.....	404
 Vídeo.....	406
5. Inscrição.....	412

4

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

1. Noções iniciais e definição	421
 Vídeo.....	422
2. Limites.....	424
3. Complementação, agrupamento e transferência do excedente dos salários de contribuição	445
4. Delimitação	505
5. Composição.....	511
 Vídeo.....	513

SUMÁRIO

5

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1. Introdução	533	16. Obrigações acessórias da empresa.....	647
2. Natureza jurídica	533	17. Das infrações administrativas.....	650
3. Aspecto material e temporal do fato gerador.....	535	18. Códigos de receita de contribuição previden-	651
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhado-		ciária (GPS)	
res e demais segurados do RGPS.....	536		
4.1. Empregado, trabalhador avulso e em-			
pregado doméstico.....	536		
4.2. Contribuinte individual e segurado fa-			
cultativo.....	541		
4.3. Segurado especial	558		
5. Contribuições previdenciárias da empresa e			
do equiparado a empresa.....	561		
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos			
empregados e avulsos.....	563		
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos			
contribuintes individuais	579		
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota			
fiscal ou fatura da prestação de serviços			
das cooperativas de trabalho	581		
5.4. Regra especial – Empresas optantes do			
Simplex Nacional.....	584		
6. Contribuição previdenciária do empregador			
doméstico.....	587		
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da			
parte patronal.....	589		
7.1. Associações desportivas que mantêm			
equipe de futebol profissional	589		
7.2. Produtor rural pessoa física (PRPF).....	590		
7.3. Produtor rural pessoa jurídica (PRPJ) ...	596		
8. Substituição da contribuição previdenciária			
sobre as remunerações pela contribuição sobre			
a receita ou faturamento das empresas	598		
9. Arrecadação.....	622		
10. Parcelamento.....	632		
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento....	633		
12. A retenção feita pelo contratante de serviços			
de cessão de mão de obra	634		
13. Hipóteses de responsabilização solidária	637		
13.1. Construção civil	638		
13.2. Empresas do mesmo grupo econômico....	639		
13.3. Gestores dos entes da Administração			
Pública Indireta.....	640		
13.4. Administração Pública.....	640		
13.5. Operador portuário e órgão gestor de			
mão de obra.....	641		
13.6. Produtores rurais integrantes de con-			
sórcios simplificados	641		
13.7. Oficial de Cartório e contratantes	641		
13.8. Trabalho temporário	641		
14. Restituição e compensação das contribuições			
previdenciárias.....	641		
15. Certidão negativa de débito	645		






6



**ACIDENTE DE TRABALHO,
MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS
E EVENTOS EQUIPARADOS**

1. Introdução	677
2. Definição de acidente de trabalho.....	678
3. Doenças equiparadas (ocupacionais)	679
4. Acidente de trabalho por equiparação.....	769
5. Reconhecimento	770
6. Segurados cobertos.....	780
7. Prescrição dos benefícios acidentários	781
8. Principais consequências jurídicas do reco-	
nhecimento do acidente de trabalho.....	781
9. Responsabilidade civil da empresa perante a	
Justiça do Trabalho.....	785
10. Ação regressiva proposta pelo INSS contra a	
empresa negligente	786

7







**REGRAS GERAIS DO PLANO
DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS**

1. Espécies de prestações previdenciárias.....	801
2. Classificação das prestações previdenciárias ...	803
3. Dependentes dos segurados.....	804
3.1. Classe I	807
 Vídeo.....	820
3.2. Classe II.....	831
3.3. Classe III	833
4. Tempo de serviço e de contribuição e sua con-	
tagem recíproca.....	834
 Vídeo.....	864
5. Indenização para a contagem de tempo de ser-	
viço ou de contribuição	879
6. Manutenção da qualidade de segurado no pe-	
ríodo de graça	888
 Vídeo.....	891
7. Período de Carência	920
 Vídeo.....	941
8. Fator previdenciário	952
 Vídeo.....	954
9. Salário de benefício na Lei 8.213/91 e Cadastro	
Nacional de Informações Sociais (CNIS).....	961
9.1. Microfichas do antigo INPS	1071
10. Salário de benefício na Emenda 103/2019	1074

11. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	1076	4.2. Aposentadoria especial das pessoas com deficiência	1407
12. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica.....	1080	5. Regras de transição das aposentadorias – emenda 103/2019.....	1418
12.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões).....	1081	5.1. Artigo 15 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1419
12.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS).....	1081	5.2. Artigo 16 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1421
12.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social)	1083	5.3. Artigo 17 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1424
12.4. Lei Complementar 11/1971.....	1083	5.4. Artigo 18 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1425
12.5. Lei 5.890/1973	1083	5.5. Artigo 20 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1427
12.6. Lei 6.179/1974	1084	5.6. Artigo 21 – Aposentadorias especiais por agentes nocivos – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1428
12.7. Lei 6.210/1975	1084	6. Auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária).....	1430
12.8. Lei 6.260/1975	1084	 Vídeo.....	1491
12.9. Lei 6.367/1976	1086	7. Salário-família.....	1495
12.10. Constituição Federal de 1988 (texto original).....	1086	8. Salário-maternidade.....	1499
12.11. Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores.....	1087	 Vídeo.....	1503
12.12. Emenda 20/1998	1088	9. Auxílio-acidente.....	1527
12.13. Emenda 103/2019.....	1089	10. Pensão por morte.....	1551

8

BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez).....	1099	11. Auxílio-reclusão.....	1617
 Vídeo.....	1115	12. Abono anual.....	1648
 Vídeo.....	1120	13. Serviço social.....	1650
2. Aposentadorias voluntárias.....	1141	14. Habilitação e reabilitação profissional.....	1651
2.1. Aposentadoria programada urbana: comum e professor do ensino básico	1145	15. Benefícios especiais	1657
 Vídeo.....	1166	15.1. Aposentadoria do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial: Lei 5.698/1971.....	1657
2.2. Aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais.....	1171	15.2. Pensão especial do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial: Lei 8.059/1990.....	1659
2.3. Aposentadoria por idade híbrida.....	1193	15.3. Aposentadoria ou pensão excepcional do anistiado político e anistiados das Leis 8.632/1993 e 11.282/2006	1660
3. Regras básicas da extinta aposentadoria apenas por tempo de contribuição sem idade mínima.....	1206	15.4. Pensão especial vitalícia para as vítimas da Talidomida.....	1663
4. Aposentadorias especiais.....	1210	15.5. Pensão mensal vitalícia dos seringueiros.....	1665
4.1. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde.....	1211		
 Vídeo.....	1233		
 Vídeo.....	1313		
 Vídeo.....	1363		

SUMÁRIO

15.6. Pensão mensal das vítimas da hemodiálise de Caruaru	1667	16. Benefícios extintos.....	1673
15.7. Pensão mensal das vítimas da Hanseníase	1668	16.1. Auxílio-natalidade	1674
15.8. Auxílio especial mensal dos campeões mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970.....	1670	16.2. Auxílio-funeral.....	1674
15.9. Pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus	1670	16.3. Pecúlio	1674
15.10. Pensão vitalícia: contaminados em Goiânia pelo Césio-137	1671	16.4. Abono de Permanência em Serviço	1674
15.11. Pensão especial em favor de órfãos na situação de crime de feminicídio	1672	16.5. Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74)...	1674
		16.6. Auxílio-suplementar.....	1675
		16.7. Aposentadoria especial do jornalista profissional, do jogador de futebol profissional, do telefonista, do juiz classista e do aeronauta	1676
		16.8. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	1679

F R E D E R I C O A M A D O

CURSO DE **DIREITO**
E PROCESSO
PREVIDENCIÁRIO

T O M O I I

18ª
EDIÇÃO
REVISTA
ATUALIZADA
AMPLIADA

2024

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Para acessar os vídeos:

Para quem usa **Android**, importante instalar um aplicativo com leitor de QR Codes, que pode ser o "QR Code Reader". Você o encontrará no seguinte link:

▶ <http://editoraj.us/baixar-qr-android>

Para quem usa **IOS** (iPhone, iPad), basta instalar um aplicativo com leitor de QR Codes, que pode ser o "QR Code Reader and Scanner". Você o encontrará no seguinte link:

▶ <http://editoraj.us/baixar-qr-ios>

Os vídeos estão indicados no sumário pelo símbolo:



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorreia@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

A481c Amado, Frederico
Curso de Direito e Processo Previdenciário - "Monstro Verde" / Frederico Amado – 18. ed.,
rev., atual. e ampl. – São Paulo: JusPodivm, 2024.

1.776 p.
Tomo II

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4850-8

1. Direito Previdenciário. 2. Previdência Social. 3. Contribuições Previdenciárias I.
Amado, Frederico. II. Título.

CDD 341.6

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.





É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

T O M O II

9

TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios e programas de revisão.....	11
 Vídeo.....	15
1.1. Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade Laboral – PRBI (“pente fino”).....	20
1.2. Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade (Programa Especial).....	27
1.3. Procedimento para recuperação de créditos do INSS em decorrência de saques indevidos após o óbito de titular de benefício.....	28
2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária.....	34
3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento.....	44
3.1. Prescrição quinquenal.....	45
 Vídeo.....	48
3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários.....	63
 Vídeo.....	80
3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário.....	81
3.4. Ampliação das situações de decadência pela Lei 13.846/2019.....	83
 Vídeo.....	85
4. Reajustamento da renda mensal inicial.....	86
5. Acumulação.....	178
6. Descontos legalmente autorizados.....	190
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios.....	221
8. Direito Adquirido.....	222
9. Renúncia da aposentadoria (desaposentação) e de outros benefícios.....	235

10. Despensão.....	250
11. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela União.....	251
12. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada.....	257
13. complementação de aposentadorias e pensões dos antigos funcionários do departamento de correios e telégrafos.....	257
14. Dano moral previdenciário.....	258
15. Planejamento previdenciário da aposentadoria voluntária.....	265


10

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO

1. Definição e fases.....	267
2. Fase inicial.....	270
3. Fase instrutória.....	279
4. Fase decisória.....	329
5. Fase recursal (Conselho de Recursos da Previdência Social).....	334
5.1. Recurso Ordinário e Recurso Especial..	337
5.2. Procedimento recursal.....	342
5.3. Dos prazos recursais.....	347
5.4. Das intimações.....	347
5.5. Enunciados e resoluções do CRPS.....	348
5.6. Reclamação ao CRPS.....	359
5.7. Embargos de declaração.....	383
5.8. Desistência do recurso administrativo e propositura de ação judicial.....	383
5.9. Matéria médica.....	385
5.10. Revisão de acórdão.....	385
5.11. Conflitos de competência, conexão, continência e impedimento de julgador.....	387
5.12. Processo digital.....	388
5.13. Temas finais.....	396
6. Fase de cumprimento das decisões administrativas.....	396
7. Disposições diversas.....	398
8. Processo de justificação administrativa.....	399
9. Processo administrativo fiscal de arrecadação das contribuições para a seguridade social.....	403
10. Súmulas administrativas do INSS.....	404

11


**PROCESSO JUDICIAL
PREVIDENCIÁRIO**

1. Competência jurisdicional.....	405
1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal.....	405
1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual.....	407
1.3. Competência estadual por delegação.....	416
2. Legitimidade ativa e passiva <i>ad causam</i> e formação de litisconsórcio.....	420
3. As prerrogativas do INSS em juízo.....	425
4. O prévio requerimento administrativo e a reafirmação judicial da data de entrada do requerimento.....	432
 Vídeo.....	453
5. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação.....	459
6. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários.....	460
7. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações.....	464
8. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias.....	465
9. Ação civil pública previdenciária.....	470
10. Intervenção do Ministério Público.....	474
11. Custas processuais.....	474
12. Coisa julgada nas lides previdenciárias.....	475
13. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários.....	479
14. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	491
14.1. Regras gerais.....	491
14.2. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)....	497
14.3. Quesitação em perícia previdenciária....	502
15. Pedido nas ações previdenciárias.....	506
16. Recurso especial e repetitivo.....	508
17. Recurso extraordinário, repercussão geral e repetitivo.....	512
18. Ação rescisória previdenciária.....	514
19. Fase de execução nas ações previdenciárias.....	517
20. Sucessão processual em caso de morte do autor.....	523
21. Mandado de segurança em matéria previdenciária.....	529

12

**PROCEDIMENTO NOS JUIZADOS
ESPECIAIS FEDERAIS**

1. Microssistema jurídico com aplicação supletiva do Código de Processo Civil de 2015.....	539
2. Critérios de competência: valor da causa e outros.....	542

3. Propositura da ação e sua desistência.....	551
4. Assistência judiciária gratuita.....	553
5. O INSS e os seus representantes judiciais.....	554
6. Citação e contestação.....	554
7. Abolição de algumas prerrogativas do poder público em juízo.....	555
8. Vedação à intervenção de terceiros.....	557
9. Contagem dos prazos.....	557
10. Audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	558
11. Conciliação.....	562
12. Prova pericial.....	567
13. Tutela provisória e efeitos da sua revogação.....	569
14. Custas processuais e honorários advocatícios..	580
15. Sentença.....	580
16. Embargos de declaração.....	581
17. Procedimento na turma recursal (recurso inominado, mandado de segurança, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração).....	591
18. Procedimento na turma regional e na turma nacional de uniformização (incidentes de uniformização, agravo regimental, embargos de declaração e reclamação).....	601
 Vídeo.....	604
19. Procedimento no STJ (incidente, agravo e embargos de declaração).....	616
20. Procedimento no STF (recurso extraordinário, agravo e embargos de declaração).....	619
21. Coisa julgada.....	621
22. Fase de execução.....	625
23. Tabela prática dos prazos nos juizados especiais federais.....	629

13

**REAJUSTAMENTO
E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77).....	643
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79).....	645
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260 do Tribunal Federal de Recursos).....	646
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988).....	648
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal).....	648
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos	

SUMÁRIO

salários de contribuição (artigo 144, da Lei 8.213/91 – “buraco negro”)	649	previdenciário apenas a expectativa de vida dos homens.....	728
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991	660	24. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição feminina para crescer no cálculo fator previdenciário cinco anos na idade	731
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão	660	25. Revisão da aposentadoria “especial” do professor para excluir o fator previdenciário.....	731
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93)	661	26. Revisão de aposentadoria para excluir o fator previdenciário do tempo especial convertido ao tempo comum.....	736
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”)	662	27. Revisão do salário de benefício para inserção de salários de contribuição anteriores ao plano real (julho/1994) (revisão da vida toda)	738
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94).....	663	28. Revisão do salário de benefício nas atividades laborais concomitantes	745
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94)	665	29. Revisão do salário de benefício para a inclusão no período básico de cálculo da competência (mês) da concretização do risco social	752
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001	668		
14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	669		
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	672		
16. Revisão de aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez) precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91)	673		
17. Revisão de benefício através da consideração apenas dos salários de contribuição que antecederam à formação do direito adquirido com desconsideração dos posteriores (direito ao melhor benefício/antecipação da data de início do benefício)	676		
18. Revisão de aposentadoria por invalidez (atual incapacidade permanente), auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição)	681		
19. Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário.....	699		
20. Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho	700		
21. Readequação do salário de benefício pelos novos tetos fixados pelas Emendas 20/98 (R\$ 1.200,00) e 41/03 (R\$ 2.400,00) para os benefícios concedidos anteriormente	707		
22. Exclusão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional concedida com base nas regras de transição da EC 20/98	725		
23. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição masculina para considerar no fator			

14

ACORDOS INTERNACIONAIS
PREVIDENCIÁRIOS




1. Introdução e regras gerais	757
2. Procedimento de ratificação e promulgação.....	773
3. Tratados previdenciários em vigor no Brasil	774
3.1. Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social	774
3.2. Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL	790
3.3. Alemanha.....	792
3.4. Bélgica	794
3.5. Cabo Verde	797
3.6. Canadá	797
3.7. Chile	799
3.8. Coreia (do Sul)	801
3.9. Espanha.....	804
3.10. França	807
3.11. Grécia	810
3.12. Itália	812
3.13. Japão	814
3.14. Luxemburgo	817
3.15. Portugal.....	819
3.16. Quebec	823
3.17. EUA	825
3.18. Suíça.....	827
3.19. Quadro-síntese dos Acordos	828
4. Tratados previdenciários em procedimento de ratificação ou de promulgação pelo Brasil	831

TÍTULO III

DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL


1

NORMAS GERAIS


1. Disposições iniciais e contagem recíproca	835
 Vídeo	895
 Vídeo	913
2. Segurados.....	916
3. Contribuições previdenciárias.....	928
4. Cálculo dos benefícios	945
5. Benefícios com previsão constitucional	950
5.1. Regras gerais e registro da aposentadoria e da pensão por morte no Tribunal de Contas	953
 Vídeo	966
5.2. Aposentadoria compulsória por idade...	984
5.3. Aposentadoria compulsória sancionatória dos juízes e membros do Ministério Público	995
6. Processo administrativo de fiscalização nos Regimes Próprios de Previdência Social	998
7. Regulação dos investimentos pelo Conselho Monetário Nacional	999

2

REGIME PRÓPRIO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

1. Aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente)	1005
2. Aposentadoria por idade, com proventos proporcionais	1010
3. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais	1010
4. Aposentadoria especial	1013
5. Pensão por morte.....	1028
6. Outros benefícios que podiam ser criados pelos Regimes Próprios de Previdência Social	1034
6.1. Auxílio-doença	1034
6.2. Salário-família	1035
 Vídeo	1035
6.3. Salário-maternidade	1035
6.4. Auxílio-reclusão.....	1036
7. Abono de permanência.....	1037
8. Regras de transição.....	1040
8.1. Direito adquirido	1041
8.2. Aposentadoria. Artigo 2º da Emenda 41/2003.....	1042

8.3. Aposentadoria. Artigo 3º da Emenda 47/2005.....	1043
8.4. Paridade e integralidade remuneratória entre ativos e inativos. Artigo 6º da Emenda 41/2003	1047

 Vídeo.....	1049
----------------------------------------------------------------------------------------------	------

8.5. Acumulação de remuneração com proventos de cargos inacumuláveis	1049
9. Tempo de serviço público e ingresso no serviço público	1052

3

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO

1. Introdução	1057
2. Segurados.....	1058
3. Custeio	1059
4. Benefícios e serviços do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais efetivos	1061
4.1. Aposentadorias do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	1062
4.2. Pensão por morte do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	1093
4.3. Auxílio-natalidade	1135
4.4. Salário-família	1136
4.5. Licença para tratamento de saúde	1136
4.6. Licença à gestante	1137
4.7. Licença à adotante	1138
4.8. Licença-paternidade.....	1138
4.9. Licença por acidente de serviço	1138
4.10. Assistência à saúde do segurado e de seus dependentes	1138
4.11. Auxílio-funeral.....	1139
4.12. Auxílio-reclusão.....	1139
5. Direito adquirido e regras de transição à luz da Emenda 103/2019 para os servidores efetivos federais	1140
5.1. Direito adquirido	1140
5.2. Artigo 4º – aposentadorias – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – servidores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	1150
5.3. Artigo 20 – aposentadorias – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – servidores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	1154
5.4. Artigo 5º – aposentadorias – regras de transição para os policiais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional.....	1156

SUMÁRIO

- 5.5. Artigo 21 – Aposentadoria especial por agentes nocivos – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional 1188
6. Abono de permanência: regras permanentes e de transição 1193
7. Regras de transição para titulares de mandato eletivo 1196
8. Gestão de benefícios e a competência jurisdicional nas ações envolvendo o RPPS federal 1198

4

DO REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES DA UNIÃO

1. Introdução 1203
2. Inatividade remunerada..... 1206
3. Pensão por morte..... 1208

TÍTULO IV DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR


1

REGIME COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS

1. Disposições constitucionais e regimes criados. 1217

2

REGIME COMPLEMENTAR PRIVADO

1. Introdução 1225
2. Características Gerais..... 1225
-  Vídeo 1228
3. Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados..... 1239
4. As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios 1244
5. As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios 1265
6. Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados 1266
7. A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar..... 1269
8. O processo administrativo para apuração de responsabilidade 1272
9. Regulação dos investimentos pelo Conselho Monetário Nacional 1278

3

REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS

1. Introdução 1283
2. Entidades fechadas – FUNPRESPS..... 1286
3. Plano de benefícios..... 1289
4. Benefício especial (BE) 1291
5. Plano de custeio e contribuições previdenciárias 1302
6. Recursos garantidores 1305
7. Controle e fiscalização 1305
8. Vigência do regime previdenciário 1306

TÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL

1

PRINCIPAIS DELITOS

1. Apropriação indébita previdenciária 1311
2. Sonegação de contribuição previdenciária..... 1319
3. Falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social 1323
4. Estelionato previdenciário..... 1326
5. Crimes praticados contra as pessoas com deficiência 1328

APÊNDICES

- Apêndice 1** – Regulamento do Plano de Benefícios dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo..... 1333
- Apêndice 2** – Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – Plano LEGISPREV 1363
- Apêndice 3** – Regulamento do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público 1393
- Apêndice 4** – Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF 1425
- Apêndice 5** – Questões de Ordem da TNU 1437
- Apêndice 6** – Súmulas previdenciárias do STF, STJ, TNU, AGU e CRPS..... 1441
- Apêndice 7** – Regimento interno da TNU 1453
- Apêndice 8** – Regimento Interno do CRPS..... 1461
- Apêndice 9** – Normas Técnicas sobre tempo especial..... 1509
1. NR 15 - atividades e operações insalubres..... 1509
2. Anexo I da NR 15 - limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente 1510
3. Anexo II da NR 15 - limites de tolerância para ruídos de impacto 1511

4.	Anexo IV - Revogado.....	1513
5.	Anexo V da NR 15 – radiações ionizantes.....	1513
6.	Anexo VI da NR 15 - trabalho sob condições hiperbáricas	1514
7.	Anexo VII da NR 15 – radiações não ionizantes	1567
8.	Anexo VIII da NR 15 – vibração.....	1567
9.	Anexo IX da NR 15 - frio	1568
10.	Anexo X da NR 15 - umidade.....	1568
11.	Anexo XI da NR 15 – agentes químicos com limite de telorância.....	1568
12.	Anexo XII da NR 15 – limite de tolerância para poeiras minerais.....	1573
13.	Anexo XIII da NR 15 – agentes químicos	1579
14.	Anexo XIII-A da NR 15 - benzeno.....	1584
15.	Anexo XIV da NR 15 – agentes biológicos	1588

AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL AO RUÍDO - NHO 01

1.	Objetivo.....	1591
2.	Aplicação.....	1591

3.	Referências normativas	1591
4.	Definições, símbolos e abreviaturas	1591
5.	Crerios de avaliação da exposição ocupacional ao ruído.....	1594
6.	Procedimentos de avaliação	1602
7.	Relatório.....	1615
8.	Objetivo.....	1591

DIRETRIZES BÁSICAS DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICAS

1.	Objetivo e campo de aplicação.....	1629
2.	Generalidades.....	1629
3.	Definições e siglas.....	1630
4.	Responsabilidades gerais em práticas e intervenções	1635
5.	Requisitos para práticas	1636
6.	Requisitos para intervenção	1645
7.	Disposições transitórias	1647

Apêndice 10 – Enunciados da I Jornada de Direito da Seguridade Social do STJ/CJF	1731
-----------------------------------------------------------------------------------------------	------

REFERÊNCIAS	1763
--------------------------	-------------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	1765
-----------------------------------------	-------------